

**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República**

O serviço público de educação atravessa um autêntico caos no arranque do corrente ano letivo. A colocação inicial dos professores só se concretizou oito dias depois da abertura oficial do ano letivo, e com graves erros, já depois do início do ano escolar, com todas as consequências negativas para a comunidade educativa que, de norte a sul do país, se viu privada dos professores que assim não participaram na preparação e no arranque das atividades iniciais desenvolvidas pelas escolas e agrupamentos.

Para além desta penalização pedagógica juntou-se, a este penoso facto, a colocação de professores em escolas distantes obrigando-os, em escassos dias, a mudanças de residência e até mudanças de escola dos seus filhos.

Com a colocação de professores a efetuar-se errada e tardiamente, foi lançado um concurso denominado de Bolsa de Contratação de Escola, como uma nova aposta do Ministério da Educação e Ciência, mas que se revelou um caótico processo cujo epílogo foi a admissão por parte do ministro, já depois de todos o terem feito, de um erro na fórmula de ordenamento dos professores.

Concurso esse em que os próprios concorrentes desconheciam os subcritérios e a origem concreta dos mesmos, tratando-se assim de um processo com ausência de clareza, dependente, única e exclusivamente dos resultados finais fixados pela hierarquia do ministério. Na sequência dos inúmeros erros e falhas que são do conhecimento público, o ministro da educação e ciência pediu desculpa ao país, dizendo que tudo seria reparado e que não existiriam professores prejudicados.

Volvida uma semana sobre tal declaração desconhece-se o epílogo de todo este processo. E, ainda, anteontem, a maioria PSD e CDS chumbou na Comissão de Educação Ciência e Cultura um requerimento do PS para audição do ministro no parlamento, com vista ao cabal esclarecimento de todo este procedimento.

É, pois, neste contexto, e em nome da transparência dos concursos públicos que os deputados do PS, abaixo assinados, vêm nos termos constitucionais e regimentais, através de Vossa Excelência, Senhora Presidente, requerer ao Ministro da Educação e Ciência os seguintes documentos:

1. Listas públicas das colocações realizadas no âmbito da BCE, por grupo de recrutamento e por escola/agrupamento.

2. Listagem de todos os subcritérios utilizados na BCE, associados a cada uma das escolas envolvidas neste concurso (TEIP ou autonomia), com todos os pesos relativos atribuídos por grupo de recrutamento e em cada escola.

3. Listagem com todas as candidaturas corrigidas durante a última semana, e as respetivas colocações, no seguimento das correções prometidas pelo ministro da educação.

Palácio de São Bento, quinta-feira, 25 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

ACÁCIO PINTO(PS)

ODETE JOÃO(PS)

CARLOS ENES(PS)

ELZA PAIS(PS)

INÊS DE MEDEIROS(PS)

PEDRO DELGADO ALVES(PS)

RUI PEDRO DUARTE(PS)

ANTÓNIO CARDOSO(PS)

JACINTO SERRÃO(PS)

LAURENTINO DIAS(PS)

MARIA GABRIELA CANAVILHAS(PS)

SANDRA PONTEDEIRA(PS)